

A "direita envergonhada" no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?.

Machado Madeira Rafael y da Silva Tarouco Gabriela.

Cita:

Machado Madeira Rafael y da Silva Tarouco Gabriela (2010). *A "direita envergonhada" no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?.* V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/804>

A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?

Rafael Machado Madeira (PUC-RS)
rafael.madeira@puers.br

Gabriela da Silva Tarouco (UFPE)
gabriela.tarouco@ufpe.br

Área temática: Política Comparada

No Brasil, a definição da clivagem esquerda/direita esteve intimamente relacionada à experiência autoritária. Para além de questões econômicas, a relação com o regime militar se constituiu em variável crucial para definir esquerda e direita. Paralelo a isto, a constatação do fenômeno da “direita envergonhada” (Souza, 1988), se constitui em traço marcante entre os quadros dos partidos de direita no Brasil (Power, 2008). O objetivo deste trabalho é mapear os documentos produzidos pelos partidos vinculados ao regime (PDS e PFL) para mensurar como os mesmos reinterpretam o seu histórico de apoio ao governo autoritário e, ao mesmo tempo, se colocam como apoiadores da redemocratização do país. O trabalho busca testar se já nas primeiras horas da abertura é possível identificar nestes partidos o fenômeno da “direita envergonhada”.

Trabalho preparado para apresentação no V Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010.

Após ter ocupado desde a Revolução Francesa e ao longo dos séculos XIX e XX um papel central como sistema classificatório de partidos políticos, a escala esquerda-direita passa, nas últimas duas décadas, por uma reavaliação de seu potencial explicativo. O surgimento das questões pós-materialistas, a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética impactam profundamente o cenário político internacional, contribuindo com uma sensação crescente de indiferenciação dos partidos políticos. Esta polêmica se materializa, por exemplo, no debate entre N. Bobbio (1995) e A. Giddens (1996) sobre a possível dissolução dos conceitos de esquerda e de direita.

Também no Brasil se identifica claramente esta sensação de crescente indiferenciação ideológica entre os principais partidos políticos, tanto no nível do senso comum e no discurso dos próprios políticos, quanto nos discursos jornalísticos. Um dado objetivo a partir do qual este aspecto é identificado são as alianças eleitorais e de governo que caracterizaram os mandatos de Fernando H. Cardoso e Lula. Contudo, como dito anteriormente, tal fenômeno não ocorre somente no Brasil. Analisando esta questão, Mair (2001) afirma que:

There are many different factors that can be cited to account for this increasing promiscuity in processes of government formation, including the two cited immediately above. Whatever the explanation, however, the trend is undeniable. In Italy, for example, the first Olive Tree coalition joined the former Communist Party with senior figures from the former Christian Democrats, two parties whose mutual rivalry had served to define the parameters of the Italian party system from 1948 through to the early 1990s. Ireland recently witnessed the first ever coalition between Fianna Fáil and Labour, as well as the first-ever coalition joining Fine Gael and the Democratic Left. The Netherlands in 1994 saw the first ever government to be formed that excluded the religious mainstream: the first secular government in modern Dutch history. In Spain, Catalan coalition shifted its support from the Socialist Party to the Popular Party. In Germany, the Greens have emerged as an alternative junior partner for the Social Democrats, opening up new government formation formulae in that country for the first time in thirty years. More options are open, and the question of who gets into government becomes much more a matter of short-term bargaining and contingent choice. (Mair, 2001, p. 26)

Contudo, é preciso ter sempre presente que esta tendência a um enfraquecimento (ou reconfiguração?) da escala esquerda/direita (identificada nacional e internacionalmente) não possui as mesmas causas em todos os países. Isto dado que além de terem variado imensamente ao longo do tempo, os conteúdos das definições de esquerda e de direita também variam conforme a história e o contexto cultural de cada país.

Tendo este complexo cenário como pano de fundo, o objetivo deste trabalho é mapear os documentos produzidos pelos partidos diretamente vinculados ao regime militar (PDS e PFL) para mensurar como os mesmos reinterpretem o seu histórico de apoio ao

governo autoritário e, ao mesmo tempo, se colocam como apoiadores da redemocratização do país. O trabalho busca testar se já nas primeiras horas da abertura (entre final dos anos 1970 e início dos anos 1980) é possível identificar nestes partidos o fenômeno da “direita envergonhada” (Souza, 1988).

Em trabalho anterior, identificou-se a enorme discrepância que se observa quando os critérios elaborados por pesquisas que têm como objeto principal de análise partidos europeus são aplicados para classificar partidos políticos de outras regiões, como o Brasil (TAROUCO, 2008). A escala definida, por exemplo, pelo *Manifestos Research Group* (BUDGE et al, 2001; VOLKENS, 2001) inclui, entre os elementos constitutivos da posição política de esquerda a defesa do internacionalismo e a busca da paz entre países, e, entre elementos constitutivos da posição política de direita, entre outras coisas, a defesa do constitucionalismo e de liberdades e direitos humanos. Tais critérios fazem pouco sentido na política de países que não passaram pelos mesmos processos históricos revolucionários que moldaram as visões da política nos países europeus. O resultado é que, aplicados a realidades como a brasileira, aquelas escalas produzem classificações no mínimo esdrúxulas. Como afirmam Benoit and Laver (2006):

We emerged from the chapter with an important result that may surprise some readers. People are accustomed to talking easily about left and right within any one country, and talking as if the meaning of these terms was clearly understood by all. *Within any one country*, our results do not suggest there is anything wrong with doing this. However, our results also suggest quite strongly that the substantive meaning of left and right is a poor international traveler. Tempting as it might be to compare the right in the United States, for example, with the right in Britain (or Russia or Japan) this comparison likely rests on very shaky foundations. The substantive meanings of left and right are without doubt very different in these different political settings. “Yes, yes”, we hear everyone cry, “we knew that already!” But careful reading of a surprising amount of cross national research in political science suggests, notwithstanding this knowledge, that such comparisons can sneak into an analysis in a host of unexpected ways. Furthermore the fact that cross-country comparisons of left and right are of dubious validity raises the possibility, rarely considered by political scientists, that cross-temporal comparisons (i.e. time series) of left-right positions in the same country may also be invalid – as the substantive meaning of left and right changes over time. We simply don’t know, if we observe movement, whether it is the positions of the parties, the meaning of the scale, or both, that is changing over time. We offer no solution to this conundrum other than advising the use of great modesty when making claims that derive from observing time series movements in the left-right policy positions of key political actors. (BENOIT and LAVER, 2006 p. 219-220).

O presente trabalho está estruturado em quatro partes. Em um primeiro momento, propõe-se estabelecer uma discussão sobre a definição dos conceitos de esquerda e direita tanto no cenário brasileiro, quanto no âmbito internacional. Aqui, chama-se a atenção para o fato de que o amplo uso que se faz destes conceitos (por parte da população em geral,

dos atores políticos, dos jornalistas) sem um esforço para a definição de seus conteúdos, gera o risco de a própria academia fazer uso dos mesmos sem se questionar quais são os seus significados em um país e períodos específicos. Logo a seguir, pretende-se discutir até que ponto é possível a utilização destes conceitos em análises comparativas envolvendo países com histórias e dinâmicas sócio-econômicas e políticas próprias a partir de uma análise dos pressupostos e conseqüências da perspectiva teórica adotada. Na terceira seção, apresenta-se um debate acerca das limitações metodológicas envolvidas, mais especificamente acerca do contraste entre comportamento estratégico e identificação político-ideológica. E, por fim, serão analisados os textos (manifestos e programas) dos dois principais partidos de direita no Brasil, tendo o seu vínculo com o regime militar como principal fio condutor da análise.

1. Esquerda e Direita: conceitos auto-explicativos?

Em trabalho anterior (TAROUCO e MADEIRA 2009), identificou-se que em vários países e nos últimos dois séculos, Esquerda e Direita são categorias constantemente utilizadas como referência para mapear espacialmente a posição de diferentes partidos políticos de um mesmo sistema partidário. No entanto, identifica-se também que paralelamente à manutenção da utilização destes conceitos, os seus respectivos significados variam significativamente ao longo deste período. Na reunião dos Estados Gerais na França, por exemplo:

Delegados identificados com igualitarismo e reforma social se sentavam à esquerda do rei; delegados identificados com aristocracia e conservadorismo, à direita. A distinção original entre defesa da ordem ou da mudança correspondia a uma disposição espacial e ao longo do século XIX na Europa a distinção entre esquerda e direita passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo. Com a expansão do movimento operário e a difusão da perspectiva marxista o conteúdo da posição de esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses da classe proletária. Com os debates da social-democracia no final do século XIX e a revolução russa de 1917, a defesa do capitalismo desloca a burguesia para a direita. A emergência do keynesianismo a partir da década de 1930, por sua vez, e dos estados de bem estar social com suas políticas redistributivas, reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor, deslocando também o liberalismo para a direita. (TAROUCO e MADEIRA, 2009, p.3)

Pretende-se chamar a atenção para algo aparentemente trivial, mas que corre o risco, muitas vezes, de passar despercebido: o significado substantivo de esquerda-direita

não é necessariamente dado *a priori*¹. Tomando o caso brasileiro como exemplo: após o final do regime autoritário, a definição do significado de esquerda-direita estava intimamente relacionada ao envolvimento ou não de partidos e grupos políticos com o antigo regime. Esta, talvez, seja a origem do fenômeno (identificado ainda hoje no Brasil) denominado como “direita envergonhada” (SOUZA, 1988). Analisando este fato, Power e Zucco (2009) levantam a hipótese de que a auto-definição de atores políticos membros de partidos considerados de direita (notadamente PDS/PPB/PPR/PP² e PFL/DEM), como sendo de centro é condizente com o esforço de boa parte destes grupos políticos para desvincular a sua imagem do antigo regime autoritário.

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário. Os partidos considerados de direita (PP e DEM) foram os principais apoiadores do regime, os partidos de centro (PMDB e PSDB) representam em linhas gerais a oposição (sub-dividida entre moderados e autênticos) permitida pelo regime e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar).

Estes fatos, juntamente com a identificação do fenômeno da “direita envergonhada”, podem ser considerados como indicadores da relevância do período autoritário na configuração do multipartidarismo atual. Contudo, ao longo dos anos 1990, o debate político/ideológico recolocou na agenda política temas (privatização, desregulamentação da economia, por exemplo) que se aproximam mais dos critérios clássicos de distinção entre esquerda e direita. O que se identifica aqui é, talvez, uma mudança na principal dimensão utilizada para definir o conteúdo dos conceitos de

¹ Ao analisar esta questão no âmbito internacional, Benoit e Laver (2006) afirmam que:

[...]the left-right scale in a given political system can be seen as having to do with economic policy – where economic policy might include policies on the trade-offs between lower taxation and higher public spending, for example, or between the regulation and deregulation of business and industry. It may also be seen as having to do with “social” policy on matters such as abortion, gay rights and euthanasia. The left-right scale might be seen as having a bearing on foreign and defense policy on matters such as military spending, overseas aid, and dealings with international organizations such as the United Nations. In other words, there is a lot of substantive policy content that people typically regard as being natural to associate with the left-right spectrum in politics, and one approach to defining and estimating a left-right scale is to construct this scale from its substantive content. (BENOIT and LAVER, 2006, p. 189).

² Na quarta seção, serão utilizados não as siglas atuais dos partidos (PP e DEM), mas sim, as siglas que estes partidos tinham no momento de suas fundações (PDS e PFL).

esquerda-direita no Brasil: de uma dimensão mais propriamente histórica (apoio/oposição ao regime), para uma dimensão econômica (desregulamentação/privatização). Ao analisar a posição de presidentes e partidos políticos de 18 países da América Latina em várias dimensões, Wiesenhomeier and Benoit (2007) identificam que no caso brasileiro, a dimensão constitui-se em um dos temas estruturantes da agenda política.

In Brazil, the dimensions privatization, globalization, and individual liberties reach the same score, while in the Dominican Republic, globalization and economic cooperation share the same importance. In general, economic issues are the most salient ones; privatization is judged the most important dimension in 5 countries (Brazil, Guatemala, Paraguay, Uruguay and Venezuela), deregulation in 3 countries (Argentina, Chile, and Peru), as are economic cooperation (Costa Rica, Dominican Republic, and Panama) and the issue of globalization (Bolivia, Brazil, and the Dominican Republic). Contrary to results found for western European countries surveyed in Benoit and Laver (2006), the dimension of economic policy - taxes vs. spending - hardly ever reaches a score of more than 1.0 and is never estimated to be most important in any country under investigation. Security questions as captured by our individual liberties dimension are judged to be most important in Brazil, Colombia, Honduras, and El Salvador, as could be expected from the individual country's security situation. The religion dimension reaches the highest scores in the cases of Mexico and Nicaragua. (WIESENHOMEIER and BENOIT, 2007, p. 15).

Ainda sobre este ponto, duas questões merecem ser destacadas. A primeira é que por se tratar de um período histórico específico, a influência do regime autoritário tende a diminuir com o passar do tempo. E o ritmo desta diminuição pode ser mensurado a partir, por exemplo, do ritmo de substituição dos remanescentes do antigo regime por novas gerações sem vínculos com aquele período. Em estudo anterior (Madeira, 2006), tal análise foi realizada tendo-se como foco a Câmara dos Deputados e identificou-se que o percentual de remanescentes da ARENA e do MDB³ entre os deputados federais brasileiros foi de 82% em 1982, 61% em 1986, 47% em 1990, 33% em 1994, 26% em 1998 e 20% em 2002.

Em seu estudo sobre as clivagens ideológicas entre os partidos políticos representados na Câmara dos Deputados, Power (2008) afirma que:

The persistence of authoritarian-era cleavages colored Brazilian politics for at least the first decade after the transition to democracy, but the Plano Real and the election of Cardoso in 1994 inaugurated a new phase of economic and political management. The Plano Real ended hyperinflation, the alliance between the PSDB and PFL united forces that were on opposite sides of the coup of 1964, a broad reform agenda reshaped the overall development model in significant

³ A análise definiu como remanescentes somente os deputados federais eleitos entre 1982 e 2002 que possuíam filiação formal, seja à ARENA, seja ao MDB. Cabe salientar também que o ritmo de substituição de remanescentes por não-remanescentes foi significativamente mais lento entre as lideranças partidárias, o que significa afirmar que embora em constante diminuição, até o final da década de 1990, o grupo dos remanescentes manteve – via de regra – o controle sobre os postos de liderança no interior da Câmara dos Deputados.

ways, and Cardoso's effective manipulation of "coalitional presidentialism" rewrote the playbook for the management of interparty alliances and power sharing. These changes had the effect of "rebooting" the democratic regimes in the mid-1990's sharply diminishing the relevance of the authoritarian-era cleavages that had shaped, for example, the writing of Brazil's new constitution in the late 1980s. This process has been reinforced by intergenerational population replacement within the political class: simply put, older politicians have died and younger ones have taken their place. The new recruits do not carry the baggage of 1964. (POWER, 2008, p. 84).

Este debate sobre o caso brasileiro permite identificar um componente relevante na definição de esquerda-direita: o aspecto relacional. Aqui, é a análise da agenda política específica de um país, ou conjunto de países, que se constitui em profícuo instrumento para se mensurar até que ponto as definições de esquerda e direita variam (entre países e em um mesmo país ao longo do tempo), bem como quais são os principais elementos que definem esquerda-direita em um determinado contexto. Por óbvio, no contexto de reconfiguração do multipartidarismo brasileiro, a agenda política girava especificamente em torno da transição do regime autoritário para a democracia.

Em trabalho anterior (TAROUCO e MADEIRA, 2009), identificou-se que:

Este significado de esquerda e direita, entretanto, não está isento de controvérsias. Contribuem para a polêmica a distinção entre liberalismo econômico e liberalismo político, a freqüente confusão com a dimensão progressista-conservador, os partidos religiosos na Europa, as peculiaridades do sistema partidário norte-americano, o fundamentalismo, o fascismo, o esmorecimento das fronteiras entre as bases sociais de classe dos partidos, e mais recentemente, o neoconservadorismo e a dificuldade de enquadrar as chamadas questões pós-materialistas, tais como a questão ambiental e as questões étnicas e de nacionalidades, por exemplo. (TAROUCO e MADEIRA, 2009 p. 4)

Benoit and Laver (2006) examinam esta questão em âmbito internacional tomando como base para a análise a avaliação de especialistas acadêmicos em diversos países, principalmente, da Europa. Para além da dimensão esquerda-direita, os autores perguntam aos especialistas quais seriam as outras dimensões relevantes que pautam a agenda política de seus respectivos países e a partir das quais as distinções programáticas entre os partidos podem ser identificadas. Como exemplo da complexidade desta questão, os autores apontam a dificuldade de se relacionar a dimensão esquerda-direita e a dimensão liberal-conservador. Os autores apontam para a dificuldade existente em alguns países europeus de enquadrar conservadores (que levantam bandeiras como a lealdade à nação, uma visão orgânica da sociedade e uma forte religiosidade) e liberais (tomados aqui no sentido clássico do termo, isto é: liberalismo econômico) em um mesmo grupo (no caso: direita), como se não houvesse diferenças entre ambos.

Ao mensurar esquerda-direita com base na posição dos partidos em dimensões de políticas econômicas e de políticas sociais, os autores identificam que na maioria dos países analisados (oeste europeu, Estados Unidos, Canadá e Austrália) é possível identificar a correlação entre as referidas dimensões. Isto é: nestes países a dimensão esquerda-direita é suficiente para prever a posição dos partidos nas principais questões que pautam a agenda política de seus respectivos países. Contudo, a análise demonstra também que no leste europeu e em países como Japão, Israel e Turquia a sobreposição não é automática.

Aqui os autores identificam que a chamada definição “clássica” de esquerda-direita não pode ser usada de forma indiscriminada. E o uso indiscriminado da definição “clássica” de esquerda-direita é problemático por dois motivos principais. O primeiro é que alguns países possuem questões históricas específicas de grande relevância para a configuração de seus respectivos sistemas partidários e que não se sobrepõem necessariamente à dimensão econômica (exemplos do fenômeno que os autores denominam como *local policy dimensions*⁴ são: a identidade nacional no Japão, a religião na Turquia e a questão palestina em Israel). O segundo fator diz respeito à importância relativa de cada uma das dimensões anteriormente citadas (política econômica e política social) na definição do conteúdo de esquerda-direita em cada país. Como afirmam os autores:

Comparing the coefficient for economic policy with the coefficient for social policy – the only two independent variables in each analysis – gives us a measure of the relative impact of economic and social policy positions on predictions of left-right policy positions. [...] Figure 6.1 shows us that the substantive meaning of left and right, at least in the minds of country specialists who are probably sources as authoritative as any on such matters, is indeed very different in different countries. At the top section of each region, where the taxes-spending bars are longest, we find countries such as Cyprus, Iceland, Norway, the Ukraine, Belarus, Latvia, and Estonia, for which left-right positions are almost entirely explained by economic policy. At the bottom of the table we find countries such as Portugal, Austria, Hungary, Japan, and Turkey, for which left-right positions are by contrast dominated by positioning on social policy. Between these extremes, we find countries such as Germany, Britain, Poland, Israel, the United States, and Australia, for which economic and social policy contribute to left-right positions in relatively equal measure. (BENOIT and LAVER, 2006, p. 194-195)

A definição do conteúdo dos conceitos esquerda-direita é auto-evidente e estes conceitos podem, portanto, ser empregados em comparações entre diferentes países sem

⁴ A influência do regime militar no Brasil ao longo da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990 pode ser considerada como um exemplo de *local policy dimension*. É curioso notar que também no caso brasileiro a dimensão econômica não se sobrepõe de forma automática à clivagem entre apoiadores e opositores do regime militar (Power, 2008).

riscos de um resultado inadequado? Ou, por outro lado, o caráter relacional dos conceitos e a influência da agenda política e na trajetória específicas de um país na definição dos conteúdos de esquerda-direita não permitem o emprego dos mesmos em análises comparativas? Nem tanto ao céu, nem tanto à terra. A saída para este dilema se encontra em um ponto intermediário entre estas duas perspectivas. Parte-se aqui do pressuposto de que, desde que se preste atenção para a existência de possíveis *local policy dimensions* e para o peso relativo de cada dimensão (políticas social, econômica, étnica, etc) em cada país, é possível a realização de uma análise comparativa.

No que tange ao presente trabalho, não há a necessidade de se encontrar este “ponto ideal” dado que a análise se restringe ao exame dos partidos políticos brasileiros. Contudo, pela relevância do tema, não nos furtaremos a propor a discussão sobre este ponto.

2. *Saliency Theory* e o estudo dos manifestos

A referência para esta tentativa de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros tomando-se como objeto os programas partidários encontra-se principalmente em estudos comparativos que buscam classificar os partidos políticos em vários países também com base na escala esquerda-direita. Utiliza-se aqui, como estratégia para ilustrar esta questão em suas linhas gerais o debate metodológico entre duas das principais estratégias empregadas para propor a classificação dos partidos: o julgamento de acadêmicos/especialistas e a análise dos textos (manifestos) produzidos pelos próprios partidos políticos. Benoit and Laver (2006) constituem-se como representantes da primeira estratégia, dado que seu estudo toma como referência a opinião de acadêmicos sobre o posicionamento e a importância relativa que cada partido político dá a diferentes aspectos (dimensões) da agenda política de seus respectivos países. A segunda estratégia é representada pelo *Manifesto Research Group*, lançado em 1979 e mantido atualmente pelo CMP - *Comparative Manifestos Project* (Berlim) - e tem como parâmetro o estudo dos manifestos dos partidos políticos europeus desde o pós Segunda Guerra Mundial⁵.

A análise do conteúdo dos manifestos baseia-se na chamada *Saliency Theory*. De acordo com esta teoria, a disputa político-partidária e eleitoral não pode ser apreendida em sua complexidade apenas em termos “downsianos”. As análises inspiradas em Downs

⁵ Para se ter uma idéia da extensão deste projeto, Budge, Robertson and Hearl (1987) analisaram 1018 manifestos em 19 países entre 1945 e 1983. Budge et al. (2001) analisa as preferências partidárias em 25 países 1945 e 1998 e Klingemann, (2006) amplia a base de dados com a inclusão do Leste Europeu.

seriam por demais simplórias ao assumir que as estratégias partidárias se resumiriam na tomada de posição dos diferentes partidos em relação a um conjunto de temas da agenda política (sendo que estas estratégias seriam influenciadas por uma força centrípeta dado que para alcançar o maior número de eleitores, os partidos tenderiam a adotar um discurso moderado). A *Saliency Theory* (ROBERTSON, 1976; e BUDGE, 1999) questiona esta abordagem e busca complexificar a análise ao afirmar que as disputas partidárias e eleitorais não se resumiriam ao processo de tomada de posição. Através do exame da manifestação dos partidos (análise dos manifestos, por exemplo) seria possível identificar não somente o posicionamento dos partidos, mas também a sua estratégia no sentido de realizar uma escolha seletiva dos temas abordados no debate político-eleitoral. Destarte, tão importante quanto o posicionamento de um determinado partido (a favor ou contra) sobre um tema x é o questionamento sobre as causas que levaram este partido a lançar no debate o tema x e não o tema y ou z .

Assim, os partidos não ofereceriam para o eleitorado apenas posicionamentos diferentes sobre os mesmos temas, mas também agendas políticas diferentes uma vez que cada partido teria incentivos para propor temas sobre os quais se presumiria que o mesmo tivesse vantagens em relação aos seus competidores (de acordo com este raciocínio, o partido que tivesse condições de impor a sua agenda no debate eleitoral sobre a agenda adversária teria uma significativa vantagem em relação aos demais competidores).

Ao identificar a disputa, não só entre diferentes posições, mas também entre diferentes propostas de pauta da agenda político-eleitoral, esta abordagem permite (assim como o estudo de Benoit and Laver, 2006) conceber a disputa político-partidária como um espaço multidimensional. As mudanças identificadas na agenda política nas últimas duas ou três décadas e expressas, por exemplo, na inclusão das chamadas questões pós-materialistas na pauta da agenda política dos países em que as questões distributivas baseadas em conflitos de classe foram significativamente resolvidas (etnia, identidade nacional, meio ambiente – Tarouco, 2007) atestariam a relevância de uma abordagem multidimensional.

Até aqui, tanto Benoit and Laver (2006), quanto os estudos do CMP podem servir como parâmetro para se discutir a definição de esquerda-direita com base em uma visão multidimensional sempre que a análise for comparativa. Outra característica comum é que (por caminhos diferentes) seria possível mensurar em ambas as abordagens a importância relativa de cada dimensão em cada partido/país analisado (no primeiro caso o critério para

a hierarquização das dimensões é a opinião dos entrevistados, no segundo caso, é a frequência com que cada dimensão aparece nos manifestos). Cabe aqui chamar a atenção para os riscos característicos a cada uma das abordagens.

Com relação ao primeiro caso, cabe-se perguntar até que ponto a opinião de especialistas é isenta. Benoit and Laver (2006) alegam que os estudos que buscam mensurar a posição política de partidos utilizando pesquisas com eleitores, ou pesquisas com elites políticas não gerariam resultados confiáveis dado que é plausível esperar que a posição e os interesses particulares dos respondentes tenham impacto nas respostas. Embora correta, qual seria a razão para que a mesma medida de cautela não seja adotada quando se entrevistam os acadêmicos de um determinado país? Não é razoável pensar que parcela significativa dos estudiosos tenha inclinação, ou mesmo uma ligação orgânica com determinados partidos e possam responder aos questionários motivados também por estes fatores?⁶ Na realidade, em qualquer um dos três casos (pesquisas de opinião com eleitores, elites políticas ou especialistas) é possível traçar estratégias para diminuir este risco e buscar aumentar o grau de confiabilidade dos dados.

A análise dos manifestos não teria tal problema uma vez que a mesma toma como parâmetro documentos oficiais dos próprios partidos. Como afirma Budge (1999):

To meet the theoretical requirement for an unambiguous source of collective party preferences we have to turn to the only collective policy statement parties, as such, make - their election programme. No other source represents the combined views of all levels of the party as an organization. To see why the manifesto has this unique position, we have to consider the process whereby it is prepared by the leadership and endorsed by a representative gathering of the party, sometimes in an elaborate procedure going down to the grass roots and back up (Budge, Robertson, Hearl et al, 1987, p18 and passim). Conveniently collected together, therefore, we have a review of party views on the current political situation and reactions to it, constituting a formal expression of collective party preferences absolutely distinct from subsequent strategic behaviour or actual policy outcomes. It has the additional advantage of being unambiguously located at one point in time. But it is also comparable with earlier or later expressions of the same party's preferences, with earlier or later expressions of other party's preferences, domestically or cross-nationally and with later government declarations and policy outcomes. (BUDGE, 1999, p.5-6)

Com relação ao CMP, o problema que se coloca é o da codificação dos manifestos. A abrangência deste projeto e os custos significativos de tempo e pessoal na codificação dos manifestos inviabilizaria, de acordo com Benoit and Laver (2006) a revisão do trabalho, fato este que aumentaria sobremaneira o risco de a análise ficar comprometida por eventuais erros humanos na codificação dos manifestos. Talvez mais sério do que este problema é o fato de que o conjunto de dimensões analisado nos estudos do CMP é fixo.

⁶ Para uma discussão sobre as deficiências da pesquisa com especialistas, ver Pennings and Keman (2002)

Desta forma, a análise estaria engessada e não poderia captar as novas dimensões/temas característicos da agenda política. Tal ponto é levantado por Gabel and Huber (2000), por Schmitter (2001) e por Benoit and Laver (2006) para explicar as incongruências identificadas na comparação dos resultados das pesquisas.

Drawing on our general knowledge about the parties listed in this table, there are clearly some that have been located incorrectly on at least one of the left-right scales. We have not identified any particular pattern that explains these differences, although several of the outliers in Table 4.2 seem to be parties for which immigration, nationalism, or the environment are important issues. Because none of these issues are components of the CMP left-right scale used in *Mapping Policy Preferences*, it is possible that CMP scores for parties emphasizing these issues could differ from the corresponding expert survey estimates of their left-right positions. For instance, it might explain why the CMP ranked as centrist the Austrian Greens and Belgian *Ecolo* parties, whereas our expert survey scores placed these parties on the left. Likewise, the CMP ranked as left-of-center several nationalist parties such as the Belgian VB and the New Zealand First Party, which are scored as right-wing by our experts. In nearly all cases such as this where the two independent measures disagree, and while readers are entitled to draw their own conclusions, we feel quite confident that our expert estimates come closer to what most observers would regard as the “correct” policy positions than the CMP’s manifesto-based estimates. To put it crudely, when measures disagree, we are happier with a measure that puts the Italian Communist Party and the Austrian Greens on the left (as does our measure) rather than on the right (as does the CMP). Similarly, we are happier with a measure that puts Spain’s *Partido Popular* or Greece’s New Democracy on the right (as does our measure) rather than on the left (as does the CMP). We can find no off-diagonal case in which our expert survey measure appears to give the “wrong” answer, in this sense. (BENOIT and LAVER, 2006, p. 144).

3. Posição ideológica versus comportamento estratégico

Além deste fato, uma das hipóteses levantadas pelo presente estudo é a de que através da *Sacieny Theory* não é possível afirmar com certeza quais seriam todas as dimensões priorizadas por um determinado partido político. Como dito anteriormente, tal abordagem pressupõe um elemento estratégico, qual seja: cada partido busca valorizar aqueles temas em que julga que o seu posicionamento é semelhante ao posicionamento da maioria do eleitorado. Dentro deste cálculo, quando um determinado partido possui uma posição fortemente estabelecida e contrária a da maioria do eleitorado em uma determinada questão *x*, o principal interesse deste partido será o de não trazer a questão *x* ao debate eleitoral. Neste caso hipotético, o tema *x* provavelmente não constará no manifesto deste partido, mesmo podendo ser um tema central no interior do mesmo.

Por outro lado, Tarouco (2007) identificou que:

O argumento de que a competição partidária se dá por diferentes ênfases programáticas encontra apoio nos dados: as análises empíricas feitas a partir dos dados do MRG revelam que os níveis em que os partidos colocam ênfase nas diferentes questões políticas distinguem-nos claramente uns dos

outros e que as políticas prioritárias dos governos são consideravelmente previsíveis pelas agendas apresentadas pelos partidos (Klingemann, Hofferbert *et al.*, 1994; Budge, Volkens *et al.*, 2001). (TAROUCO, 2007 p. 25).

Conciliando estes dois pontos aparentemente contraditórios, afirma-se aqui que os manifestos se constituem em documentos relevantes no contexto europeu dado que os partidos, uma vez no poder, tendem efetivamente a implementar as principais medidas contidas nos manifestos (este ponto também é salientado por BENOIT and LAVER, 2006, pg. 98-99). Contudo, nem tudo aquilo que os partidos pretendem implementar uma vez no poder terá sido, necessariamente, defendido em seus respectivos manifestos.

A decisão de declarar ou de omitir preferências nos documentos programáticos em função de interesses eleitorais, enfim, deve ser considerada como um possível problema da *Saliency Theory* como válida para expressar o posicionamento político de um partido. Entretanto, outras abordagens também apresentam o problema do viés do comportamento estratégico. Referimo-nos às mensurações de posicionamento político através da atuação parlamentar, por exemplo.

Uma das críticas mais contundentes às análises que tomam a votação em plenário como parâmetro para se mensurar a posição ideológica das bancadas dos partidos políticos se constitui no fato de que no processo de tomada de decisão dos parlamentares, a posição ideológica é apenas uma das variáveis levadas em consideração. Tomar o resultado das votações como medida de posição ideológica seria desconsiderar o aspecto estratégico inerente a este processo de tomada de decisão (ZUCCO 2009; POWER and ZUCCO 2009). Aspectos como o cálculo eleitoral, ou a relação entre coalizão governista *versus* partidos de oposição constituem-se em variáveis que não poderiam ser desconsideradas (LYNE, 2005 e MAIR, 2001). Aqui, talvez tão importante quanto a posição ideológica do partido, seja a posição do partido (no governo ou na oposição), até mesmo em função do fato de que parcela significativa das votações em plenário não envolve debate de cunho programático/ideológico (MADEIRA, 2006)⁷.

É importante salientar, contudo, a existência de estudos que apontam na direção contrária. Ao tomar como parâmetro para a análise da coerência ideológica dos partidos brasileiros a votação individual dos deputados federais ao longo da década de 1990, Leoni (2002) identifica utilizando-se a dimensão esquerda-direita, seria possível prever com acerto 85% das votações em plenário. Como afirma o autor:

⁷ Como forma de resolver esta dificuldade, uma estratégia profícua se constitui na escolha de um conjunto de votações em que o debate ideológico/programático esteja presente.

Este artigo procurou estimar as posições ideológicas dos deputados a partir das preferências expressas por eles nas votações nominais. A análise revelou uma estrutura ideológica basicamente unidimensional, que prediz corretamente mais de 85% dos votos. A localização dos partidos nos mapas espaciais não está em conflito com a percepção usual do quadro partidário na Câmara. A vantagem óbvia é que temos não só as posições dos partidos como um todo, mas de cada membro específico, dos líderes e do Executivo. Os deputados em geral não mudam muito de posição espacial de uma legislatura para outra, ou seja, a estrutura é estável. (LEONI, 2002, p. 382-383).

Transferindo esta discussão para o MRG, a identificação do ponto anteriormente citado permite questionar também a utilização das análises de conteúdo dos manifestos realizadas na Europa pelo CMP. Diferentemente do caso brasileiro (onde os programas partidários não são lançados a cada eleição), na Europa, os partidos se caracterizam por lançar tais documentos (manifestos) em cada período eleitoral. Portanto, na comparação entre os programas dos partidos políticos brasileiros e os manifestos analisados pelo CMP, cabe-se perguntar em qual dos dois casos a influência de aspectos conjunturais e estratégicos (cálculo eleitoral, por exemplo) é maior.

Dito com outras palavras, o que se levanta aqui como hipótese é que no caso brasileiro, a elaboração dos textos produzidos pelos partidos, por não estar intimamente relacionada a uma eleição específica, é menos “contaminada” pelo comportamento estratégico-eleitoral. O outro lado da moeda é que justamente por não tratar de uma conjuntura eleitoral específica, os programas partidários no Brasil tenderiam a se caracterizar por um excessivo grau de generalidade. Um indício deste ponto é a identificação (TAROUCO, 2007) de um percentual significativo de frases dos programas dos partidos políticos brasileiros que não se enquadraram em nenhuma das categorias utilizadas pelo CMP. Se esta interpretação estiver correta, o alto índice de frases não classificadas pode ser resultado não somente da inadequação das categorias utilizadas pelo CMP ao caso brasileiro, mas também do caráter excessivamente abrangente dos programas partidários no Brasil. Conclui-se esta discussão sugerindo que outra hipótese para explicar este ponto se constitui no fato de que na conjuntura da redemocratização, os partidos políticos utilizam parcela significativa dos textos para ressaltar e/ou justificar o seu papel na transição para a democracia.

4. Programas partidários do PDS e do PFL: a gênese da “direita envergonhada”

Anteriormente identificou-se que um dos principais pressupostos da *Saliency Theory* é o de que o contexto específico em que determinados partidos estão inseridos influencia diretamente nas bandeiras e temas que cada partido buscará inserir, ou retirar, da agenda política. Assim, ao longo do tempo, a modificação das questões que pautam o debate político pode favorecer o partido *A* e um primeiro momento, e o partido *B* no contexto seguinte. O presente estudo parte do pressuposto que para a análise dos programas dos partidos políticos brasileiros fundados após o fim do bipartidarismo instaurado pelo regime militar, é fundamental levar em consideração o contexto político de transição de um regime autoritário para um regime democrático. Um contexto no qual a transição é iniciada e pautada pelo próprio regime militar. Em análise anterior (TAROUCO, 2007), identificou-se que o exercício de se aplicar as categorias utilizadas pelo MRP aos partidos políticos brasileiros gerou se mostrou improdutiva dado que parcela significativa das frases não puderam ser classificadas nas categorias utilizadas. Em função desta dificuldade e para apreender justamente o que tal análise não é capaz de absorver, pretende-se aqui analisar os textos dos partidos não levando em consideração as categorias em questão. Tal iniciativa visa a trazer para a análise justamente o discurso dos partidos sobre o contexto da transição democrática, bem como da forma como cada partido busca se inserir neste processo.

Por óbvio, este contexto específico favorece sobremaneira as forças políticas que (seja no partido de oposição, seja na clandestinidade) se opuseram ao regime de exceção. A análise dos programas dos remanescentes da ARENA revela que às forças que apoiaram o regime militar, restam as ingratas tarefas de: 1) justificar o apoio ao regime; 2) se desvincular, na medida do possível, da imagem do autoritarismo e 3) defender a redemocratização do país e suas instituições⁸. Tudo isto, evitando a condenação aberta do regime militar. Já em, seus primeiros parágrafos, o documento de formação do Partido Democrático Social (PDS) explicita claramente a tentativa do principal herdeiro da ARENA de alcançar estes três objetivos.

O Brasil está hoje entre as **dez maiores economias do mundo. Rompemos a muralha do atraso** e começamos a viver o sonho do nosso grande projeto nacional. A complexidade do país **passa a exigir** a presença de instituições políticas vigorosas capazes de operar uma grande nação democrática, constituindo uma sociedade aberta e

⁸ Embora sejam analisados em conjunto, cabe ressaltar que a fundação do PFL se dá já em 1985, um período em que a transição se encaminhava para o seu final. Sobre as disputas no interior do PDS que levaram à formação do PFL no contexto da definição das candidaturas ao Colégio Eleitoral, ver: MADEIRA, 2006.

pluralista, desejosa de assegurar o progresso dentro da liberdade. **Muito foi feito**, mas é evidente que **ainda resta muito por fazer**. (CHACON, 1985, p. 557. Grifos nossos).

A leitura dos documentos produzidos Por PMDB e PDS no contexto de suas respectivas fundações permite identificar claramente como cada um busca justificar a sua posição a partir de uma reconstituição/releitura específica da ditadura militar que marcou os 15 anos anteriores. Dependendo do partido, determinados aspectos são valorizados, enquanto outros são totalmente ignorados. Dentro desta linha discursiva, o avanço econômico (o chamado milagre econômico 1969/1973) é utilizado pelo PDS tanto para justificar a atuação dos governos militares, quanto para explicar a possibilidade (e até justificar a necessidade) do retorno das instituições e garantias democráticas. Deixando implícito que tal redemocratização só se tornou possível após as “correções” realizadas pelo regime militar.

Neste sentido, implicitamente, o texto corrobora o discurso dos militares e dos apoiadores civis do golpe de que a ditadura foi uma medida drástica, mas importante para salvaguardar as instituições democráticas e “salvar” o país da ameaça comunista⁹. Esta função vigilante atribuída às forças armadas ainda é ressaltada pelo partido ao afirmar que:

A instituição militar é eminentemente nacional e apartidária, dependente das instituições políticas com subordinação ao Chefe do Estado. O **respeito e prestígio** às forças armadas **e sua valorização são objetivos preponderantes**, dando-lhes condições de modernização e adestramento, para que possam **prosseguir na patriótica missão de defensoras da soberania nacional e garantia das instituições democráticas**. (CHACON, 1985, p. 562. Grifos nossos).

Mais uma vez aqui, se identifica a valorização não só das forças armadas, mas também da sua atuação no sentido de garantir a soberania e as instituições. A chamada “revolução de 1964” é mais uma vez aqui definida como uma necessidade, um esforço

⁹ É significativo notar aqui que o próprio discurso dos militares possui um claro caráter esquizofrênico dado que ele não se assume enquanto algo bom em si mesmo (como o melhor caminho), mas sim, como uma necessidade para salvaguardar aquilo que estava precisamente sendo extinto (instituições democráticas). Tal aspecto pode ser claramente identificado no primeiro parágrafo do manifesto de fundação da ARENA. Se no Brasil a questão do regime militar se constitui efetivamente em uma *local policy dimension* relevante para definir esquerda/direita, talvez o fenômeno da “direita envergonhada” no Brasil seja ainda mais antigo do que se supõe.

A Aliança Renovadora Nacional considera **objetivo fundamental a implementação da democracia** representativa como regime político que se traduz pela **vigência plena dos direitos públicos subjetivos civis, políticos e fundamentais** da pessoa humana, bem assim, pelas diferenciações estruturais – política, econômica, psicossocial e militar – adequadas realisticamente ao seu exercício. (CHACON, 1985, p. 499. Grifos nossos).

“patriótico” desempenhado pelos militares no cumprimento de seu papel de defensor da soberania nacional e das instituições democráticas...

Nossa época exige corretivos estratégicos e táticos para atender ao desejo de reformas que firmem as instituições republicanas e federativas, promovam o desenvolvimento **sem desfigurar o perfil histórico da Nação**, garantam as liberdades civis, os direitos humanos e a **harmonia** dos diversos setores da população. [...] Nossa **vocação para a paz** e a liberdade é uma constante histórica. Somos hoje mais de cem milhões de habitantes falando a mesma língua, sem conflitos religiosos ou de raça, com **âmbrosos êxitos econômicos e largos progressos sociais**. (CHA CON, 1985, p. 557. Grifos nossos).

Se anteriormente a democracia foi definida como uma exigência após a complexificação socioeconômica e a “pacificação” do país, e mesmo ela sendo definida (em outros momentos do texto) como um valor a ser buscado, a citação acima (PDS) indica que a redemocratização não seria um fim em si mesmo para as lideranças civis que apoiaram o regime. Ao mesmo tempo, esta citação reforça a idéia de que, para além do desenvolvimento econômico, o regime militar teria sido fundamental para recolocar o país em sua trajetória “natural” de “harmonia e paz” entre os diferentes “setores” da sociedade brasileira.

Não queremos um partido feito em gabinetes ou laboratórios, ou representativo de minorias, mas sustentado em bases populares, construído de baixo para cima. **Tampouco desejamos um partido ideológico, dogmático**. Queremos, sim, um partido de idéias. Temos, pela identidade de propósitos, **raízes profundas no passado. Nossos laços são com o futuro**; nosso compromisso é com todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas origens e posições. [...] Nossa ação partidária **não se submeterá a pressões ideológicas de direita ou de esquerda**. [...] O PDS é um partido de idéias, que **repudia as intransigências ideológicas**. Não aceita, pois, o capitalismo selvagem, gerador de terríveis injustiças, nem o coletivismo marxista que, a pretexto de corrigir erros de uma sociedade desumana, edificou outra, inumana e **apartada de Deus**. (CHA CON, 1985, p. 558 e 563-564. Grifos nossos).

Após as tentativas iniciais de justificar, mesmo que não de forma explícita, as transformações pelas quais o país havia passado e de compatibilizar o apoio (não explicitado aqui) ao regime militar com a defesa da redemocratização, o texto busca estabelecer um duplo processo de diferenciação: por um lado, busca se desvincular do regime lançando os seus olhos para o “futuro”, e não para o “passado”; por outro lado, o PDS busca se definir como um partido “de idéias” e não “de ideologias”. Esta relação delicada estabelecida pelo texto entre olhar para o futuro, não negar abertamente o seu passado, buscar se desvincular (na medida do possível) do regime militar e, ao mesmo

tempo, atender aos interesses dos militares se condensa genialmente em uma frase que, não por acaso, constitui ela mesma um parágrafo do documento: “*Entendemos que o ódio, a violência e o ressentimento nada realizam*” (CHACON, 1985, p. 562. Grifo nosso). Ao reforçar a ênfase na busca pela harmonia social e pela paz, o texto incorpora uma das principais preocupações e demandas dos militares (condição essencial para que concordassem em deixar o poder): a garantia de que a Lei de Anistia¹⁰ não seria objeto de reformulação. Ao mesmo tempo em que serve para tentar se desvincular dos militares, buscando deslocar o debate do regime militar para o “futuro” (tentativa de não mais “discutir o passado”), esta “não discussão do passado” é também funcional aos militares dado que auxilia a “enterrar” este tema delicado de uma possível investigação sobre a conduta do aparelho repressor, principalmente nos chamados anos de chumbo (auge da repressão), entre 1969 e 1973.

Neste ponto também se identifica de forma clara já na fundação do PDS a recusa dos remanescentes da ARENA de se identificarem enquanto “lideranças de direita”. Ao mesmo tempo em que atribuíam um valor depreciativo ao termo “esquerda” (justificando a necessidade do regime em função da “desordem” e da “ameaça comunista”) as lideranças do PDS não aceitam o rótulo de “direita”. A diferença entre o programa do PDS na sua fundação e o fenômeno identificado a partir do final da década de 1980 é a de que enquanto na fundação do partido, o mesmo se recusa a se localizar no *continuum* direita/esquerda, a partir do final dos anos 1980, as principais lideranças (seja do PDS, seja do PFL) passarão a utilizar o *continuum*, mas se auto-definindo como lideranças de centro.

Contudo, é significativo ressaltar que o embrião desta tendência a buscar se constituir em uma “terceira via” – em uma alternativa de centro – já se encontra presente no programa do PDS aqui analisado:

Entre o imobilismo conservador e a pregação revolucionária, de inspiração marxista, o PDS opta pela correção das injustiças atuais, existentes, quer nas relações de trabalho, quer nos desníveis entre as regiões nacionais, mediante reformas em nossas estruturas políticas, sociais e econômicas, feitas com o **consentimento pacífico da maioria**. (CHACON, 1985, p. 563. Grifos nossos)

Na comparação com os textos do PFL, é interessante ressaltar dois aspectos: a caracterização da necessidade de “reconciliação” e um posicionamento mais consistente no

¹⁰ A Lei da anistia foi promulgada em 1979 e anistiou tanto os militantes de esquerda, quanto os militares que atuaram na repressão aos opositores do regime.

sentido de defender os ideais do liberalismo, identificado, por exemplo na preocupação pela limitação do grau de ingerência do Estado na economia (bandeira que não é identificada de forma tão clara nos textos do PDS).

No que diz respeito ao primeiro ponto, o manifesto do PFL afirma o seguinte: “*A hora da reconstrução da democracia deve ser a **hora do reencontro, indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem. Não há por que reviver antagonismos que as novas realidades se incumbiram de superar.***” (CHACON, 1985, p. 629. Grifos nossos). Em um primeiro momento, pode-se identificar aqui apenas uma reafirmação da demanda das lideranças civis/políticas que apoiaram o regime militar no sentido de lutar contra qualquer tentativa de investigação dos atos de repressão cometidos durante o regime. No entanto, ao levarmos em conta o contexto específico no qual o PFL foi criado, contexto no qual várias das lideranças regionais do PDS se incompatibilizam com o candidato do partido no Colégio Eleitoral – Paulo Maluf – e optam por fundar um novo partido e realizar uma coligação com o PMDB, pode-se identificar que, para além de abarcar a demanda dos militares, o texto serve também para justificar a aliança firmada entre rivais históricos. A aliança entre uma parcela da ARENA (agora no PFL) e o antigo MDB se justificaria agora dado que, neste novo momento, esta aliança representava a garantia de um passo fundamental no processo de transição política: garantir as condições que viabilizassem a ascensão de um civil à presidência da República.

Talvez, a principal diferença entre os textos do PDS e do PFL diz respeito justamente ao posicionamento programático do segundo no sentido de levantar a bandeira do liberalismo econômico. Aqui, é interessante ressaltar também que a defesa da bandeira do liberalismo serve, inclusive, para criticar a tradição estatizante no Brasil. Assim, ao criticar as políticas econômicas implementadas “no passado”, o texto traz uma crítica que, embora não direta, se direciona também ao modelo econômico implementado pelos militares.

Combateremos, do mesmo modo, a **centralização, doença crônica de nosso organismo político-administrativo**, que não se coaduna com a dimensão, as diversidades e a urgência de nossos problemas. A **concentração** de poder que ao longo dos anos se processou neste país, **acabou por atingir gravemente a Federação, a independência dos poderes e o dinamismo econômico e social**. É imperioso iniciar, imediatamente, a reversão desse processo e **restituir às unidades federadas a competência e os recursos progressivamente transferidos ao Governo Federal**. Impõe-se, sobretudo, **libertar as imensas energias criadoras do homem brasileiro, historicamente sufocadas pelo centralismo e pelo estatismo**. [...] O amplo processo de libertação inclui a proteção do cidadão contra a asfixia burocrática, **o controle da**

voracidade fiscal e a contenção da interferência excessiva do Estado na atividade econômica. (CHACON, 1985, p. 329-630. Grifos nossos).

Duas questões aparecem relacionadas aqui, ambas tendo como referência a demasiada concentração de poder no governo central. Por um lado, o pacto federativo no Brasil mereceria uma reformulação, dado que (em comparação com o período democrático anterior ao golpe: 1945-1964) o poder executivo central teria sido sobre-dimensionado. Maior autonomia e competências não só para os demais entes federativos, como também para o poder Legislativo. É interessante notar que estas demandas são também demandas dos partidos não vinculados ao regime militar.

No que tange ao segundo ponto, aqui sim a defesa do liberalismo se faz de forma clara. Contudo, no manifesto e programa do PFL não se faz menção alguma a temas como: ideologia, esquerda, ou direita. O partido, assim, se define como liberal, mas não como de direita e não se assume enquanto antiga base de apoio do regime militar. O que permite afirmar que, no que tange aos textos produzidos pelos dois partidos no momento de suas respectivas fundações, o apoio ao regime militar e o contexto da transição democrática estabeleceram uma série de constrangimentos aos mesmos. Contudo, estes constrangimentos não afetaram os partidos da mesma forma: o discurso do PDS foi significativamente mais “envergonhado” que o do PFL.

5. Referências bibliográficas

- Benoit, K. and M. Laver (2006). Party policy in modern democracies. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, Routledge.
- Bobbio, Norberto. (1995). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Ed. UNESP.
- Budge, I., Robertson, D. et al. (1987). *Ideology, strategy, and party change : spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies*. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press.
- Budge, Ian, Volkens, A. et. al. (eds.). (2001). *Mapping Policy Preferences: estimates for parties, electors and governments, 1945-1998*. New York, Oxford University Press.

- Budge, I. (1999). Estimating party policy preferences: from ad hoc measures to theoretically validated standards. Colchester, Essex, Department of Government University of Essex.
- Chacon, V. (1985). História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, segunda edição.
- Coppedge, M. (1997). "A classification of Latin American political parties." Kellogg Institute Working Paper 244.
- Downs, A. (1999). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp.
- Gabel, Matthew J. and Huber, John D. (2000). Putting Parties in Their Place: Inferring Party Left-Right Ideological Positions from Party Manifestos Data. In: American Journal of Political Science, Vol. 44, No. 1 (Jan) 94-103.
- Giddens, Anthony. (1996). Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical. São Paulo, Ed. UNESP.
- King, G., M. Laver, et al. (1993). "Party Platforms, mandates and government spending." APSR 87(3).
- Klingemann, H.-D., Volkens, A. et al. (2006). Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford, Oxford University Press.
- Leoni, Eduardo (2002). Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, pp. 361 a 386.
- Lyne, Mona M. (2005). Parties as Programmatic Agents: A Test of Institutional Theory in Brazil. In: Party Politics, Vol 11. No.2 pp. 193–216.
- Mair, Peter. (2001). Searching for the Positions of Political Actors: A Review of Approaches and an Evaluation of Expert Surveys. In: Laver, Michel. Estimating the policy position of political actors. ECPE/Routledge, London.
- Madeira, Rafael Machado. (2006), Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPG – Ciência Política – UFRGS.

- Pennings, Paul and Keman, Hans (2002). Towards a New Methodology of Estimating Party Policy Positions. In: *Quality & Quantity* Vol.36, No 1 (Feb) 55–79.
- Power, Timothy. (2008). Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class. In: Kingstone, Peter and Power, Timothy (eds). *Democratic Brazil Revisited*. University of Pittsburgh, Pittsburgh.
- Power, T. and C. Zucco Jr. (2009). "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication." *Latin American Research Review* 44(1): 218-246.
- Robertson, D. B. *A theory of party competition*. London ; New York: J. Wiley. 1976.
- Schmitter, Philippe C. (2001). Parties are Not What They Once Were. In: *Political Parties & Democracy*. Johns Hopkins University Press, pg. 67-89.
- Souza, Maria do Carmo C de. (1988). A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In: Stepan, Alfred. *Democratizando o Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- Stokes, D. (1963). "Spatial Models of Party Competition." *APSR* 57(2).
- Tarouco, Gabriela da S. (2007). Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- _____. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
- Tarouco, Gabriela da S. Madeira, Rafael M. (2009). A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife.
- Volkens, A. (2001). Manifesto research since 1979: from reliability to validity. In: Laver, M. (Ed.). *Estimating the Policy Position of Political Actors*. London; New York: Routledge/ECPR.
- Wiesehomeier, Nina. Benoit, Kenneth (2007). Presidents and Parties in Policy Space: Expert Surveys of Policy Positions in 18 Latin American Countries. Paper prepared for presentation at the V Congreso Europeo CEISAL de latinoamericanistas, 11.-14. April. Brussels.

Zucco Jr, Cesar. (2008). Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. Paper prepared for delivery at the 6th Meeting of the ABCP, Julho. Campinas.